



JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

Processo Seletivo Público para contratação de estagiários na área de Direito.

Subseção Judiciária de Caruaru/PE

P R O V A

Direito Constitucional
Direito Administrativo
Direito Processual Civil
Direito Civil
Direito Penal
Direito Processual Penal
Direito Tributário

Caderno de Prova

NOME DO CANDIDATO: _____

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém 01 questão subjetiva.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da questão subjetiva.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa

VOCÊ DEVE:

- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar a letra da alternativa escolhida com um "X".
- ler o que se pede na Questão Subjetiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você deverá transcrever a questão subjetiva, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de **04 (quatro) horas** de prova para responder todas as questões e transcrever a questão subjetiva.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador.

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Subseção Judiciária de Caruaru
Setembro/2014

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Não constitui princípio fundamental do Brasil

- (A) a soberania
- (B) a vedação ao asilo político
- (C) a cidadania
- (D) a dignidade da pessoa humana
- (E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

02. Segundo a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por

- (A) um terço dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.
- (C) um quarto dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias.
- (D) três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (E) metades dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.

03. Compete privativamente ao Senado Federal:

- (A) autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- (B) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (C) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.
- (D) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (E) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

04. Acerca das súmulas com efeito vinculante, a Constituição brasileira prevê a

- (A) possibilidade de sua revisão ou cancelamento por provocação dos legitimados a propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- (B) sua aprovação após reiteradas decisões sobre matéria constitucional e infraconstitucional.
- (C) desnecessidade de haver controvérsia judicial sobre a interpretação de norma determinada e de haver relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- (D) vinculação à súmula apenas dos demais órgãos do Poder Judiciário.
- (E) sua aprovação de ofício, mediante decisão da maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal.

05. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,

- (A) nas infrações penais comuns, os membros Do Congresso Nacional e os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- (B) mediante recurso extraordinário, as causas decididas em última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo constitucional.
- (C) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- (D) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei federal ou estadual.
- (E) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República, os Governadores dos Estados e seus próprios membros.

06. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- (A) orçamento
- (B) desapropriação
- (C) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão
- (D) sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais
- (E) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia

07. De acordo com a Constituição, o Conselho Nacional de Justiça

- (A) possui um Ministro-Corregedor, que é o Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (B) deve dar assento ao Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal.
- (C) é composto por catorze membros vitalícios.
- (D) tem todos os seus membros indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) é órgão do Poder Judiciário.

08. É vedada a edição de medidas provisórias, exceto:

- (A) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.
- (B) direito penal, processual penal e processual civil e direito civil.
- (C) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.
- (D) reservada a lei complementar.
- (E) que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.

DIREITO ADMINISTRATIVO

09. A administração pública é gerida por diversos princípios que norteiam a conduta ética do servidor. A respeito dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- (A) A licitação e o concurso público são, no Brasil, os dois principais instrumentos de impessoalidade, eficiência e, ao mesmo tempo, de igualdade de condições na garantia da profissionalização da atividade administrativa.
- (B) O princípio da impessoalidade implica, para a administração pública, o dever de agir segundo uma racionalidade comunicativa.
- (C) O princípio da impessoalidade, se aplicado de forma indiscriminada, provocará disfuncionalidade administrativa.
- (D) A aplicação do princípio da impessoalidade pode redundar em desigualdade e(ou) discriminação por não considerar as especificidades de cada caso.
- (E) A meritocracia, empregada na administração pública como forma de avaliação de desempenho, é incompatível com a impessoalidade administrativa.

10. A atividade da administração pública, expressa em atos normativos ou concretos, de condicionar, com fundamento em sua supremacia geral e na forma da lei, a liberdade e a propriedade dos indivíduos, mediante ação ora fiscalizadora, ora preventiva, ora repressiva, impondo coercitivamente aos particulares um dever de abstenção (non facere), a fim de conformar-lhes os comportamentos aos interesses sociais consagrados no sistema normativo". Celso Antônio Bandeira de Mello. Curso de direito administrativo. Editora Malheiros. 20.^a ed., p. 787.

A definição objeto do fragmento de texto acima se refere ao poder:

- (A) regulamentar.
- (B) discricionário.
- (C) de polícia.
- (D) hierárquico.
- (E) disciplinar.

11. Com relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- (A) A revogação do ato administrativo incide sobre ato inválido.
- (B) A revogação do ato administrativo tem efeitos ex tunc.
- (C) Somente a administração pública possui competência para revogar os atos administrativos por ela praticados.
- (D) O Poder Legislativo pode invalidar atos administrativos praticados pelos demais poderes.
- (E) O ato administrativo discricionário é insuscetível de exame pelo Poder Judiciário.

12. Assinale a opção correta acerca das autarquias.

- (A) As autarquias não estão sujeitas ao controle externo do Poder Legislativo
- (B) As autarquias são hierarquicamente subordinadas à administração pública que as criou.
- (C) As autarquias são criadas e extintas por ato do chefe do Poder Executivo.
- (D) Ao criar uma autarquia, a administração pública apenas transfere a ela a execução de determinado serviço público, permanecendo com a titularidade desse serviço.
- (E) As autarquias são detentoras, em nome próprio, de direitos e obrigações, poderes e deveres, prerrogativas e responsabilidades.

13. A decisão do Tribunal de Contas da União que julga as contas dos administradores e demais responsáveis pelos dinheiros, bens e valores da Administração Direta e indireta, e em especial a aplicação de multa. Com referência a essa aplicação de multa, marque a resposta certa.

- (A) a multa aplicada pelo Tribunal de Conta da União é considerada um título executivo judicial.
- (B) essa decisão não pode ser revista pelo poder judiciário.
- (C) não precisa respeitar o contraditório, pois é um procedimento administrativo apenas.
- (D) somente poderá ser executada após a instauração de um processo judicial de conhecimento, não podendo se ingressar diretamente com a ação de execução.
- (E) constitui um título executivo extrajudicial, e, portanto possui liquidez, certeza e exigibilidade.

14. São princípios da licitação expressamente citados na Lei no 8.666/93, dentre outros:

- (A) julgamento objetivo, competitividade e sigilo das propostas.
- (B) vinculação ao instrumento convocatório, competitividade e sigilo das propostas.
- (C) adjudicação compulsória, competitividade e igualdade.
- (D) proibidade administrativa, julgamento objetivo e igualdade.
- (E) proibidade administrativa, sigilo das propostas e adjudicação compulsória

15. São hipóteses de dispensa de licitação na Lei 8.666/93, exceto:

- (A) aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor ou representante exclusivo.
- (B) compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público.
- (C) restauração de obras de arte e objetos históricos.
- (D) quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (E) contratação de fornecimento de energia elétrica com delegatário de serviço público

16. Não é característica do contrato administrativo.

- (A) natureza de contrato de adesão
- (B) finalidade pública
- (C) presença das cláusulas exorbitantes.
- (D) imutabilidade.
- (E) ser intuito personae.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. Acerca dos princípios aplicáveis ao processo civil, assinale a opção CORRETA.

- (A) O princípio do Juiz Natural garante ao indivíduo a atuação imparcial do Poder Judiciário, assim como o direito de ser julgado por um Juízo competente, previamente definido. Este princípio veda a criação de Tribunal de Exceção.
- (B) O princípio da Inafastabilidade da jurisdição consiste na vinculação obrigatória das partes ao processo, as quais passam a integrar a relação processual em um estado de sujeição aos efeitos da decisão jurisdicional.
- (C) Pelo princípio da Eventualidade deve o juiz, ao proferir a sentença, restringir-se ao pedido formulado, salvo eventual matéria cognoscível de ofício.
- (D) A Informalidade e a Economia Processual não podem ser citados como exemplos de princípios orientadores dos Juizados Especiais.
- (E) O princípio do contraditório é inerente ao próprio direito de defesa, sendo garantia assegurada estritamente ao réu no processo.

18. No que diz respeito à jurisdição e à competência, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) A jurisdição é uma forma de solução de conflitos por heterocomposição.
- (B) No exercício da função jurisdicional, em regra, substitui-se a vontade privada por uma atividade pública.
- (C) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, inclusive nos casos em que for suprimido o órgão judiciário.
- (D) A incompetência absoluta pode ser alegada a qualquer tempo, por qualquer das partes, podendo ser reconhecida de ofício pelo magistrado.
- (E) A conexão e a continência são causas não voluntárias de modificação legal da competência.

19. Acerca dos sujeitos processuais, marque a alternativa VERDADEIRA:

- (A) O juiz poderá eximir-se de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei.
- (B) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, altera necessariamente a legitimidade das partes.
- (C) O juiz nunca poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes.
- (D) A assinatura dos atos processuais privativos do juiz pode ser feita eletronicamente, na forma que dispuser a lei.
- (E) No processo civil, o Ministério Público não intervirá nas causas em que haja interesses de incapazes, nem nas relativas ao estado da pessoa, declaração de ausência e disposições de última vontade.

20. No que tange aos atos processuais, é INCORRETO afirmar:

- (A) Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- (B) Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso do vernáculo
- (C) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticado de ofício pelo servidor e revisto pelo juiz quando necessário.
- (D) Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- (E) A citação válida, quando ordenada por juiz incompetente, não tem o condão de constituir o devedor em mora, nem de interromper a prescrição.

21. Sobre formação, suspensão e extinção do processo, marque a assertiva VERDADEIRA:

- (A) Realizada a citação, poderá o autor modificar o pedido ou a causa de pedir, independentemente do consentimento do réu.
- (B) O processo nunca poderá ser suspenso pela convenção das partes.
- (C) Extingue-se o processo sem resolução de mérito quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- (D) No caso de homologação judicial de acordo firmado pelas partes, o processo será extinto com resolução de mérito.
- (E) Quando ocorrer confusão entre autor e réu, caberá ao juiz extinguir o processo com resolução de mérito.

22. A respeito do procedimento ordinário, é CORRETO afirmar:

- (A) O juiz poderá, havendo prova inequívoca da verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, antecipar de ofício os efeitos da tutela jurisdicional pretendida no pedido inicial.
- (B) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- (C) Os pedidos contidos na petição inicial são sempre interpretados restritamente pelo juiz, não admitindo nem mesmo a compreensão dos juro legais no principal.
- (D) Depois de apresentada a contestação, não poderá o réu deduzir novas alegações, nem mesmo quando relativas a direito superveniente.
- (E) É hipótese de julgamento antecipado da lide o caso em que a sentença é proferida durante a audiência de instrução e julgamento, após a oitiva das partes.

23. No concernente à teoria geral da prova, pode-se afirmar:

- (A) Não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção contratual de existência ou de veracidade.
- (B) A prova trasladada de outro processo é sempre inadmissível, por afrontar o contraditório e a ampla defesa das partes.
- (C) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito do autor.
- (D) No caso de realização de perícia, o juiz estará adstrito ao laudo pericial, não podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos.
- (E) O juiz nunca poderá ordenar de ofício a inquirição de testemunhas referidas nas declarações da parte ou das testemunhas.

24. No que diz respeito à sentença e à coisa julgada, é INCORRETO afirmar:

- (A) O relatório é elencado no rol de requisitos essenciais da sentença pelo Código de Processo Civil, todavia é dispensado no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.
- (B) Publicada a sentença, o juiz não poderá mais alterá-la, nem mesmo para corrigir inexatidões materiais ou retificar erro de cálculo.
- (C) Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.
- (D) Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- (E) O denominado efeito preclusivo da coisa julgada, previsto no art. 474, do CPC, consiste em se reputar, após o trânsito em julgado da sentença, deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.

DIREITO CIVIL

25. A respeito das pessoas naturais e jurídicas, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A personalidade civil começa do nascimento com vida, não havendo nenhum tipo de proteção jurídica ao nascituro.
- (B) Um indivíduo diagnosticado como sendo ébrio habitual, através de laudo médico devidamente fundamentado, é considerado absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (C) São exemplos de pessoas jurídicas de direito público interno, a União e as autarquias, inclusive as associações públicas.
- (D) As pessoas jurídicas de direito público interno não são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros.
- (E) A desconsideração da personalidade jurídica não é admitida quando caracterizada a confusão patrimonial, mas somente no caso de configuração de desvio de finalidade.

26. De acordo com as disposições do Código Civil/2002, assinale a alternativa INCORRETA acerca dos bens:

- (A) Consideram-se móveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico, assim como os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (B) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes
- (C) As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias. São úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- (D) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (E) Somente os bens dominicais, por constituírem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, estão sujeitos à usucapião.

27. Sobre os atos e negócios jurídicos, é CORRETO afirmar:

- (A) O art. 185, do Código Civil, estabelece que aos atos jurídicos lícitos, desde que sejam negociais, aplicam-se, no que couber, as disposições regulatórias dos negócios jurídicos.
- (B) A validade do negócio jurídico requer apenas dois requisitos, ou seja, agente capaz e objeto lícito, possível, determinado ou determinável.
- (C) Nas declarações de vontade importa considerar e fazer prevalecer apenas o sentido literal da linguagem.
- (D) A fraude contra credores, vício do negócio jurídico, caracteriza-se pela prática de um ato negocial que diminui o patrimônio do devedor já insolvente, ou por ele reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, prejudicando o credor preexistente.
- (E) A invalidade do instrumento induz necessariamente a do negócio jurídico, embora este possa provar-se por outro meio.

28. De acordo com o Código Civil, NÃO corre a prescrição:

- (A) Contra os absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (B) Entre os cônjuges, na constância e após o término da sociedade conjugal.
- (C) Contra os ausentes do País em serviço público exclusivo da União.
- (D) Pendendo condição resolutiva.
- (E) Estando o prazo vencido.

29. É correto afirmar sobre as obrigações solidárias:

- (A) Somente há solidariedade entre credores, não sendo admitida no caso de concorrência de mais de um devedor.
- (B) A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.
- (C) A conversão da prestação em perdas e danos ocasiona na extinção da solidariedade.
- (D) O julgamento contrário a um dos credores sempre atinge os demais.
- (E) Importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.

30. Assinale a alternativa CORRETA acerca da extinção das obrigações:

- (A) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar e sub-roga-se nos direitos do credor.
- (B) O credor somente será obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, se esta for mais valiosa.
- (C) É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- (D) Designados dois ou mais lugares para efetuação do pagamento, cabe ao devedor escolher entre eles.
- (E) A pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos.

DIREITO PENAL

31. No que toca à lei penal, assinale a opção correta:

- (A) A lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente, independentemente de sua vigência ser anterior ou posterior à cessação da continuidade ou da permanência;
- (B) O artigo 5º, XXXIX, da Constituição Federal, segundo o qual “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”, deve ser interpretado de modo ampliativo, de modo a abranger não só os crimes e as penas, mas também as contravenções penais e as medidas de segurança;
- (C) A superveniência de lei abolicionista (“abolitio criminis”) afasta os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória;
- (D) De acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Tribunal, ao qual se encontra vinculado o juízo sentenciante, aplicar a lei mais benigna;
- (E) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se já decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

32. No que diz respeito à teoria do crime, assinale a opção incorreta:

- (A) A caracterização da coação física irresistível (“vis absoluta”) termina por excluir a própria conduta do agente, restando, conseqüentemente, afastado o primeiro substrato do crime, qual seja, o fato típico;
- (B) A tentativa se verifica quando, iniciada a execução, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, impondo-se, em regra, redução da pena de um a dois terços;
- (C) As causas de exclusão da ilicitude encontram-se taxativamente (rol “numerus clausus”) previstas no Código Penal, sendo elas: o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito;
- (D) No que se refere ao dolo, são adotadas, no Brasil, duas teorias: a teoria da vontade e a teoria do assentimento;
- (E) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

33. Em relação à teoria da pena, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Na fixação da pena de multa, o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu;
- (B) A individualização da pena privativa de liberdade atende ao sistema trifásico: num primeiro momento, analisam-se as circunstâncias judiciais; em seguida, as circunstâncias atenuantes e agravantes; por fim, as causas de diminuição e aumento de pena;
- (C) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos;
- (D) De acordo com o Código Penal, consideram-se, para fins de reincidência, os crimes militares próprios e políticos;
- (E) No concurso de infrações, executar-se-á primeiramente a pena mais grave.

34. Tício, funcionário público, apropriou-se, dolosamente, de dinheiro público, de tinha a posse em razão do cargo. Que crime praticou?

- (A) Peculato;
- (B) Furto;
- (C) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas;
- (D) Concussão;
- (E) Prevaricação.

35. De acordo com o Código Penal, assinale a opção incorreta:

- (A) O tempo do crime regula-se pela teoria da atividade, segundo a qual se considera praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado;
- (B) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. Nos crimes omissivos impróprios, exige-se a figura do garantidor;
- (C) Não ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República, quando o agente for absolvido no estrangeiro;
- (D) No que toca ao lugar do crime, adota-se a teoria da ubiquidade ou mista, de acordo com a qual se considera praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado;
- (E) Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

36. No que concerne ao inquérito policial, assinale a assertiva correta:

- (A) O inquérito policial qualifica-se como procedimento administrativo em que se asseguram, sobremaneira, o contraditório e a ampla defesa;
- (B) O inquérito policial, nos crimes de ação pública condicionada à representação, pode ser deflagrado, de ofício, pela autoridade policial, por meio de portaria;
- (C) Nos moldes do art. 10 do Código de Processo Penal, o prazo para conclusão do inquérito policial, estando o indiciado preso, é de 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado, a critério do juiz;
- (D) A autoridade policial não mandará arquivar autos de inquérito policial;
- (E) Se o membro do Ministério Público requerer o arquivamento dos autos do inquérito policial, o juiz é obrigado a homologar tal pedido, não podendo este figurar como fiscal do princípio da obrigatoriedade da ação penal.

37. Em relação à ação penal, assinale a opção incorreta:

- (A) A ação penal está, de acordo com significativa parcela da doutrina, sujeita a quatro condições, quais sejam, interesse de agir, legitimidade de partes, possibilidade jurídica do pedido e justa causa;
- (B) Se o Ministério Público pedir o arquivamento do IPL, abre-se ensejo à deflagração da ação penal privada subsidiária da pública;
- (C) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou a queixa, sempre que servir de base a uma ou outra;
- (D) De acordo com o CPP, a representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia;
- (E) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

38. A respeito da competência criminal, marque a opção correta:

- (A) Inserem-se na competência criminal da Justiça Federal, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse de sociedade de economia mista federal, a exemplo do Banco do Brasil;
- (B) O Procurador-Geral da República poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, incidente de deslocamento da competência, com o intuito de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais firmados pela República Federativa do Brasil, quando se verificar a hipótese de grave violação aos direitos humanos;
- (C) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual;
- (D) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima;
- (E) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante não poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu.

39. A respeito do processo penal, assinale a assertiva incorreta:

- (A) Em virtude da necessidade de observância do contraditório e da ampla defesa, não se admite, no processo penal, a citação com hora certa;
- (B) Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa;
- (C) Se a peça acusatória for rejeitada, caberá, em regra, recurso em sentido estrito;
- (D) Dita o art. 383, “caput”, do CPP, “o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave”. Tal dispositivo trata da “emendatio libelli”, tendo sido recepcionado pela CF/88, haja vista que o acusado defende-se dos fatos que lhe são imputados, e não da classificação jurídica dada pelo órgão acusador;
- (E) Se o réu estiver preso, o prazo para oferecimento da denúncia é de 5 (cinco) dias; estando solto, o prazo é de 15 (quinze) dias.

40. No que se refere à prisão, é incorreto afirmar:

- (A) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria;
- (B) A prisão revela-se medida excepcional, somente admissível quando não houver outra medida cautelar menos gravosa que seja considerada suficiente e adequada;
- (C) Considera-se em flagrante delito, dentre outras hipóteses, quem é perseguido, logo após o crime, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;
- (D) De acordo com o Código de Processo Penal, a concessão da fiança é prerrogativa exclusiva da autoridade judiciária;
- (E) Qualquer pessoa do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

41. Em relação ao procedimento criminal, assinale a opção correta:

- (A) Ao receber a peça acusatória, o magistrado ordenará a citação do acusado para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer resposta;
- (B) O juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando, diante dos termos da resposta escrita à acusação, ficar em dúvida quanto à materialidade e à autoria, conforme a máxima “in dubio pro reo”;
- (C) O Código de Processo Penal, a partir de 2008, passou a acolher o princípio da identidade física do juiz, de modo que o magistrado que presidir a instrução deve prolatar sentença;
- (D) As alegações finais serão escritas, mesmo em causas de pouca complexidade;
- (E) Nos crimes de ação pública, o juiz deve absolver o acusado, se o Ministério Público houver opinado pela absolvição.

42. Em relação às provas, assinale a opção correta:

- (A) Ainda que a infração penal deixe vestígios, o exame de corpo de delito será dispensável, sempre que ficar caracterizada a confissão do acusado;
- (B) O magistrado estará adstrito aos termos do laudo pericial;
- (C) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação;
- (D) Admitem-se as provas ilícitas por derivação;
- (E) Considera-se fonte independente, para fins de exame da licitude da prova, aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

43. Sobre a possibilidade de delegação da competência tributária é correto afirmar:

- (A) a competência tributária é indelegável, sem exceção, por expressa vedação constitucional.
- (B) é possível delegar a função de arrecadação e fiscalização de tributos, além de execução de leis em matéria tributária.
- (C) é possível delegar a função de arrecadação e fiscalização de tributos, além de extinção de créditos tributários.
- (D) é possível delegar apenas a função de fiscalização de tributos
- (E) nenhuma das alternativas está correta

44. A Constituição Federal veda expressamente a bitributação e o “bis in idem”. Sobre este tema,

- (A) não existe vedação de incidência sobre um mesmo fato gerador de dois tributos de espécies diferentes, como taxa e imposto, tendo em vista que a taxa é tributo vinculado a uma prévia atividade estatal, enquanto o imposto é tributo não vinculado.
- (B) a vedação se restringe apenas às taxas entre si, tendo em vista que sobre um mesmo serviço não podem incidir duas ou mais taxas diferentes.
- (C) a vedação não alcança os impostos residuais, de competência da União, que poderão ter, por disposição expressa, base de cálculo ou fato gerador próprio dos impostos já discriminados na Constituição Federal.
- (D) a vedação alcança os impostos extraordinários, que não poderão ter base de cálculo ou fato gerador próprio de impostos já discriminados na Constituição Federal, ainda que de competência de outro ente federado, diferente daquele que o esteja instituindo.
- (E) a vedação não alcança, via de regra, as contribuições sociais, que podem ter mesmo fato gerador de imposto, tendo em vista que as contribuições sociais têm destinação necessária do produto da arrecadação, o que importa em distinção na materialidade relativamente ao imposto.

45. A partir da noção acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar,

- (A) a legalidade é uma regra absoluta quando se trata de instituição, majoração e redução de tributos, por alteração de base de cálculo ou de alíquota, salvo as exceções constitucionais.
- (B) na alteração que implique redução de tributo, beneficiando o contribuinte quer por alteração de base de cálculo, quer por alteração de alíquota, não se aplicam as regras da legalidade, anterioridade e irretroatividade.
- (C) a irretroatividade da lei tributária é uma regra absoluta, quer para criar, majorar ou reduzir tributos, independente de benefício ou prejuízo para o contribuinte.
- (D) a anterioridade da lei tributária é uma regra que sempre deve ser aplicada no caso de modificação da lei que veicula tributo, salvo as exceções constitucionais.
- (E) limitam o exercício da capacidade tributária ativa para instituir ou modificar tributos, sendo considerados verdadeiros direitos fundamentais do contribuinte.

46. Em relação às limitações constitucionais ao poder de tributar, considere:

- I. A renda auferida pelas igrejas com dízimo (doação em dinheiro feita pelos fiéis) é imune de imposto de renda.
 - II. Em razão da imunidade recíproca, os Municípios são imunes ao imposto sobre a propriedade de veículo automotor, desde que os veículos estejam afetados a uma finalidade pública.
 - III. As autarquias e fundações públicas não são alcançadas pela imunidade recíproca de tributos quando prestadoras de serviço público remunerado por taxa ou tarifa.
 - IV. A norma constitucional que prevê concessão de imunidade para as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos é de eficácia contida ou restringível, pois pode ser regulamentada por lei complementar que irá definir os requisitos para a concessão da imunidade.
- Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e IV.

47. Assine a alternativa incorreta:

- (A) os empréstimos compulsórios só podem ser instituídos pela União e em casos excepcionais.
- (B) o direito tributário é um ramo do direito financeiro que estuda a relação entre o Fisco e o contribuinte, no que se refere a instituição, arrecadação, fiscalização e extinção de tributos.
- (C) para promover o equilíbrio sócio-econômico entre os Estados é admissível que a União possa instituir tributos de modo a favorecer os Estados que estão em desvantagem.
- (D) a União, os Estado, os Município e Distrito Federal não podem cobrar impostos de templos de qualquer culto
- (E) nenhuma das alternativas está correta

48. A competência legislativa em matéria tributária é:

- (A) fixada por lei complementar federal, que atualmente é o Código Tributário Nacional.
- (B) administrativa, conferida somente aos entes da Administração Pública Direta Estatal e Paraestatal.
- (C) constitucional exclusiva para instituir impostos, empréstimo compulsório e contribuições de intervenção no domínio econômico, e comum em relação às taxas e contribuição de melhoria.
- (D) suplementar em relação à instituição de taxas, contribuições e impostos, e privativa à instituição de empréstimos compulsórios e impostos residual e extraordinário.
- (E) é concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para legislar sobre normas gerais em matéria tributária, mediante lei complementar.

49. Com relação aos tributos cuja receita seja distribuída entre outras pessoas jurídicas de direito público, é correto afirmar que:

- (A) se toda receita for distribuída, a competência legislativa, que for do Estado ou do Município, passa para a União.
- (B) o fato de haver distribuição de receita não modifica a competência legislativa atribuída pela CF.
- (C) pela nossa CF não é possível que haja distribuição de receita proveniente de tributos.
- (D) somente 50% da receita pode ser distribuída, ou seja, existe apenas distribuição parcial.
- (E) nenhuma das alternativa está correta

50) Considerando os critérios de tributação, são tributos com tributação não-cumulativa e progressiva, respectivamente:

- (A) IR e IOF.
- (B) IOF e ICMS.
- (C) ICMS e IPI.
- (D) ICMS e IOF.
- (E) IPI e IR.

